

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**MARIZETE FABIANA DOS SANTOS**

**ANALISE DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS SECRETARIAS DA SAÚDE  
E EDUCAÇÃO**

**FOZ DO IGUAÇU**

**2013**

MARIZETE FABIANA DOS SANTOS

**PROPOSTA: ANÁLISE A APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS SECRETARIAS  
DA SAÚDE E EDUCAÇÃO**

Projeto Técnico apresentado ao Departamento de Administração Geral e Aplicado do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal.

Orientador: Prof. Luiz Panhoca

FOZ DO IGUAÇU

2013

"O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis."

[José de Alencar](#)

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por sua infinita bondade, a minha mãe, por seu empenho em minha formação acadêmica, aos orientadores e tutores, que muito auxiliaram no decorrer deste curso.

## RESUMO

O tema de desenvolvimento pretendido é a efetivação dos direitos legais da sociedade civil organizada, o controle social sobre a coisa pública. Pretende-se analisar as contas das secretarias de saúde e educação, através da pesquisa contábil que forneça as informações aos cidadãos interessados, da fiscalização da execução orçamentária e dos planejamentos econômicos que envolvem as atividades administrativas e políticas do setor público. Com métodos de análise adequados e estratégias de produção é possível gerar informações que esclareçam as frequentes dúvidas da população iguaçuense a respeito dos resultados dos fatos contábeis. O projeto pretende analisar as contas das Secretarias da Saúde e Educação comparando com os resultados anteriores, projetando e explicando as possíveis modificações que ocorrem com frequência no patrimônio público, isso através de livros e registros contábeis.

**PALAVRA CHAVE:** Pesquisa Contábil; Secretaria da Saúde; Secretaria da Educação; Relatórios Contábeis; Projeto de Pesquisa.

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1: ORÇAMENTO FISCAL DA SECRETARIA DA SAÚDE. ....</b>	<b>20</b>
<b>QUADRO 2: ORÇAMENTO FISCAL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. ....</b>	<b>21</b>
<b>QUADRO 3: PORCENTUAL INCIDENTE SOBRE A DESPESA ORÇADA PARA 2013 .....</b>	<b>22</b>
<b>QUADRO 4: OBJETIVOS E METAS PARA A APLICAÇÃO DO PROJETO. ....</b>	<b>26</b>
<b>QUADRO 5: ORÇAMENTO MENSAL DO RECURSOS MATERIAIS. ....</b>	<b>26</b>
<b>QUADRO 6: ORÇAMENTO ANUAL DO RECURSOS MATERIAIS. ....</b>	<b>27</b>
<b>QUADRO 7: ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE E LEITOS, 2003. ....</b>	<b>31</b>
<b>QUADRO 8: PROFISSIONAIS NA ÁREA DE SAÚDE.....</b>	<b>31</b>
<b>QUADRO 9: ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.....</b>	<b>31</b>
<b>QUADRO 10: ESTABELECIMENTOS DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL. ....</b>	<b>32</b>
<b>QUADRO 11: NUMERO DE CRECHES DO MUNICÍPIO.....</b>	<b>32</b>
<b>QUADRO 12: NÚMERO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO. ....</b>	<b>32</b>

## LISTA DE SIGLAS

**PSD:** Partido Democrata Social

**LRF:** Lei de responsabilidade Fiscal

**PDT:** Partido Democrático Trabalhista

**PRP:** Partido Republicano Brasileiro

**PSL:** Partido Social Liberal

**PSC:** Partido Social Cristão

**DEM:** Democratas

**PSDC:** Partido Social Democrata Cristão

**PRTB:** Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

**PMN:** Partido de Mobilização Nacional

**PTC:** Partido Trabalhista Cristão

**PSB:** Partido Socialista Brasileiro

**PV:** Partido Verde

**PRP:** Partido Republicano Progressista

**PSDB:** Partido Social Democrata Brasileiro

**CFC:** Conselho Federal de Contabilidade

**NBCAPS:** Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada no Setor Público

**PDMFOZ/2006:** Plano Diretor do Município de Foz do Iguaçu, 2006

**RREO:** Relatório Resumido da Execução Orçamentária

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
1.1. APRESENTAÇÃO / PROBLEMÁTICA.....	10
1.2. OBJETIVO GERAL DO TRABALHO. ....	12
1.3. OBJETIVO ESPECÍFICO. ....	12
1.4. JUSTIFICATIVA.....	13
<b>2. REVISÃO TEÓRICA.....</b>	<b>14</b>
<b>3. METODOLOGIA. ....</b>	<b>17</b>
<b>4. A ORGANIZAÇÃO .....</b>	<b>17</b>
4.1. DESCRIÇÃO GERAL. ....	17
4.2. DIAGNOSTICO DA SITUAÇÃO PROBLEMA.....	19
<b>5. PROPOSTA: ANALISAR A APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS SECRETARIAS DA SAÚDE E EDUCAÇÃO.....</b>	<b>22</b>
5.1. DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA .....	24
5.2. PLANO DE IMPLANTAÇÃO .....	25
5.3. RECURSOS.....	26
5.4. RESULTADOS ESPERADOS.....	27
5.5. RISCOS OU PROBLEMAS ESPERADOS E MEDIDAS PREVENTIVO CORRETIVAS. ....	27
<b>6. CONCLUSÃO.....</b>	<b>29</b>
<b>7. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>29</b>
<b>ANEXO A .....</b>	<b>31</b>
<b>ANEXO B .....</b>	<b>32</b>

## **1. INTRODUÇÃO.**

O objetivo deste projeto é analisar os resultados financeiros das Secretarias de Saúde e Educação, acompanhar a produção dos fatos contábeis necessários ao cumprimento do controle social. A cidade de Foz do Iguaçu contém uma historiografia contábil recente, devido a sua própria história política, motivo que leva este projeto à análise das contas atuais e futuras das Secretarias de Saúde e Educação.

A região é de grande poderio econômico, uma tríplice fronteira que conta com as mais belas atrações turísticas do mundo, uma das sete maravilhas da natureza e uma das maravilhas da engenharia humana, as Cataratas do Iguaçu e a Itaipu Binacional, respectivamente. A cidade viveu por muito tempo sendo colônia militar, devido à história política do país, durante todo o período de influência militar, por tratar-se de fronteira, a cidade recebia a nomeação dos prefeitos, situação que durou até o ano de 1984, quando assumiu o último prefeito nomeado para as chamadas áreas de segurança nacional, Wádis Vitório Benvenuti, que era vereador do Partido Democrata Social, partido que dava sustentação ao regime vigente na época e que estava em seus últimos estertores (Lima, 2001, pg. 110). A administração pública municipal ganhou mais autonomia nos anos que se seguiram a 1985, pois foi o ano que o Governador José Richa, por força da lei, assinou o ato que acabava com a figura do prefeito nomeado (Lima, 2001, pg. 111), porém, no decorrer de anos de políticas de segurança, as informações e registros ficaram prejudicados, sendo vítimas de arquivos inexistentes ou mal estruturados, o que dificulta a divulgação e a fiscalização. Com as novas exigências provindas da Lei de Responsabilidade Fiscal e ações do atual Governador Beto Richa, em conjunto com o Tribunal de Contas do Estado, no ano de 2008, iniciou-se um ato administrativo, exigindo dos municípios maior transparência e organização das contas públicas, sendo que tais exigências criam maior exatidão dos acervos contábeis e facilitam a participação democrática.

O projeto objetiva a análise da aplicação dos recursos na educação e saúde para que haja o controle social sobre as Secretarias da Saúde e Educação, vinculando à administração indireta correspondente igual interesse. No projeto são expostos alguns dados e resultados de ordem argumentativa, a

intenção é analisar os livros e lançamentos contábeis para comparar, podendo assim apresentar um parecer com precisão.

Participar do processo de produção da historiografia contábil do Município de Foz do Iguaçu é um interesse subjetivo do projeto, porém a aplicação das análises e da necessidade de efetivar o controle social, interesse comum e de direito a todos os iguaçuenses.

### **1.1. Apresentação / Problemática.**

A estratégia de governo é instituída por lei complementar, sendo o plano diretor um dos instrumentos de planejamento, sendo aprovado pela Câmara Municipal e sancionado e executado pelo Prefeito. O Município de Foz do Iguaçu, através da Lei Complementar Nº 115 datada de nove de outubro de 2006 definiu seu Plano Diretor, no governo do Prefeito Paulo Mac Donald Ghisi, PDT, que permaneceu no cargo por duas gestões. No documento publicado no Diário Oficial do Município, na data de 10 de outubro de 2006, constavam três títulos, originados no que foi acordado no plano de governo Frente Cidade Unida.

A Lei Complementar Nº 115/06 dispõe de um conteúdo dividido em Três Títulos, do qual, o título primeiro trata dos princípios da fundamentação da função social da cidade, a função social da propriedade, da gestão democrática, da sustentabilidade e dos objetivos gerais, o segundo título aborda o desenvolvimento do município, objetivo e estratégias, desenvolvimento socioeconômico, desenvolvimento territorial e ambiental e desenvolvimento institucional, o terceiro e último título refere-se a disposições gerais.

As estratégias de governo da Frente Cidade Unida, coligação que governou Foz do Iguaçu nas duas últimas gestões, foi debatida e criada em seminário realizado no Hotel Internacional, dia 18 de julho de 2004, conforme Neto e Freitas:

Tal evento durou um dia inteiro e foi organizado através da constituição de mesas de discussão de tópicos, os quais eram escolhidos por cada participante. Os participantes de cada mesa elaboraram um relatório com as propostas do grupo. No final da tarde

a mesa diretora dos trabalhos, na presença dos candidatos a prefeito e vice-prefeito, colocou para discussão e votação, em plenário, todas as propostas apresentadas pelos grupos. (Neto; Freitas, 2008, p.137).

Tal evento resultou na elaboração do Plano de Governo do Município de Foz do Iguaçu, que foi dividido em cinco eixos, sendo o primeiro constituído do interesse direto em modificação da realidade socioeconômica local em todos os aspectos, o segundo eixo intentava a reformulação da gestão pública, o terceiro tratava da inclusão social, o quarto referia-se exclusivamente aos programas de saúde e o quinto e último eixo abordava o assunto da segurança.

O mandato do prefeito anterior acabou no início de 2013, iniciando uma nova gestão, porém deixou o orçamento estipulado até o final de 2013, a partir do Decreto Municipal Nº 21.967/13. A atual gestão está nas mãos da coligação Foz Pode Mais que empossou o Prefeito Senhor Reni Clóvis de Souza Pereira do PSB, com 53,56% dos votos. Uma campanha que já havia sido planejada a duas gestões atrás, na atual coligação estão os partidos PRB, PSL, PSC, DEM, PSDC, PRTB, PMN, PTC, PSB, PV, PRP e PSDB completando a coligação Foz Pode Mais da atual gestão. Na presente data, os envios dos planos orçamentários ainda se encontram em tramitação, porém dentro do prazo de entrega, o orçamento fiscal para 2013 já está estipulado pelo ex-prefeito o então Senhor Paulo Mac Donald Ghisi, sendo apresentado o total das despesas para o ano, o que foi orçado e programado.

No projeto o interesse é sobre o orçamento, despesas e empenhos das Secretarias de Saúde e Educação municipal; serão apresentados, ao final da pesquisa, os dados referentes ao início do governo Cidade Unida e o orçamento atual para possível comparação. Desta comparação provém o interesse do presente documento, o projeto propõe a análise sistemática contínua, ação de controle social vinculado à administração indireta e ao controle externo da prefeitura, ou seja, através da descentralização administrativa, conforme Amorim:

Situação distinta ocorre quando a Administração percebe que determinado órgão está com muito trabalho e resolve criar outro órgão subordinado para receber parte daquelas atribuições. (Amorim, 2006, pg. 35).

A administração indireta engloba os setores pertencentes ao processo de desenvolvimento socioeconômico do município; são as autarquias, as fundações, as empresas públicas e sociedades de economia mista, as entidades administrativas dotadas de personalidade jurídica própria, que exercem competências descentralizadas e se mantêm vinculadas ao ente central (Amorim, 2006, pg. 36).

Para formular as proposições necessárias, neste projeto, usaremos informações dispostas em lei e bibliografias que se vinculam. A pretensão principal é a análise das receitas das Secretarias de Saúde e Educação, a execução do orçamento e as receitas decorrentes comparando com o disposto legal por lei constitucional, ou seja, a porcentagem financeira. Por fim, após essa análise o projeto terá informações suficientes para verificar se houve falhas da administração na aplicação dos recursos e também sugerir a criação de um grupo organizado e vinculado com a administração direta e indireta, que pertença à sociedade civil organizada realizando os dispostos em lei, o controle social.

## 1.2. Objetivo Geral do Trabalho.

Análise contábil dos fatos produzidos pelas Secretarias da Saúde e Educação do Município de Foz do Iguaçu, realizando o disposto legal do controle social.

## 1.3. Objetivo Específico.

1. Analisar os fatos contábeis gerados pelas Secretarias de Saúde e Educação do Município de Foz do Iguaçu, no início do governo Cidade Unida e ao final do mesmo.
2. Entender os objetivos do plano diretor com relação aos resultados obtidos nas conjunturas políticas que se relacionam.

3. Produzir material probatório sobre os resultados contábeis das Secretarias da Saúde e Educação, assim como formulação de proposições sobre os planejamentos e objetivos dos planos políticos.

#### 1.4. Justificativa.

A imensa problemática na prática contábil e na fiscalização dos fatos contábeis públicos envolvem, por exemplo, a diferença entre erro e fraude, situações de infeliz realidade na política brasileira, sendo erro um ilícito ou uma abstração, cometida por falha na ação e ou omissão, porém de natureza involuntária, já a fraude, é um ato doloso cometido de forma premeditada, planejado, com a finalidade de obter proveito com prejuízo de terceiros. (SÁ; HOOG, 2006, pg. 19). O uso do controle social deve ser preparado para lidar com a existência de equívocos nas apurações dos resultados do exercício público, uma vez que a natureza do problema pode ser de origem desconhecida, o cidadão que analisa deve ter conhecimento de causa e preparo.

Se a sociedade quer mais transparência deve cobrar com maior ênfase. Porém, como realizar tal ato? Alguns dados apresentados neste documento servem de demonstração do resultado da aplicabilidade das propostas expostas, evidenciando o panorama da situação estrutural das secretarias. Conforme o ART. 147 da Lei Orgânica do Município de Foz do Iguaçu, o planejamento municipal deverá orientar-se pelos princípios de democracia e transparência no acesso às informações disponíveis, conteúdo que concorda com o ART. 5 da Constituição Federal quando aborda o direito de receber dos órgãos públicos a informação, sob pena de responsabilização.

Por fim, os balanços, dados e demonstrativos contábeis apresentados e analisados servem de complementação à sugestão, ou seja, demonstram quantitativamente as necessidades burocráticas em analisar ou questionar o orçamento público, bem como abordam a questão da transparência, de forma argumentativa.

## 2. REVISÃO TEÓRICA

Na consolidação da democracia o maior problema enfrentado é a existência de falta de comunicação entre o Estado e a Sociedade, sendo que a LRF busca a transparência e a participação da sociedade. A dificuldade é justamente encontrar mecanismos que facilitem a comunicação entre Estado e Sociedade. Neste projeto, o desenvolvimento das análises contábeis permite que exista o controle social, e para sua realização, é necessário entender os procedimentos.

A utilização de bibliografias de referência contábil servem para dinamizar as práticas e a forma de pensar o projeto, sendo o referencial principal o entendimento das contas públicas, seus lançamentos, fatos gerados no decorrer do exercício. Para o entendimento contábil público, neste projeto, utiliza-se o livro de Quintana, Machado, Quaresma e Mendes, que abordam a contabilidade pública, suas contas e lançamentos, relatórios e planos de execução orçamentária, enfim, todos os quesitos da contabilidade pública. Em conformidade com Leis e Normas, o projeto acompanha os princípios contábeis estabelecidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Pública e demais leis para entender o ciclo orçamentário e sua escrituração. Conforme Quintana no livro Contabilidade Pública:

O ciclo orçamentário acontece em quatro etapas: elaboração da proposta orçamentária; discussão e aprovação da Lei Orçamentária Anual; execução; e controle e avaliação (Quintana, 2011, pg. 30).

O projeto vincula profissionais capacitados na análise contábil do ciclo e seus resultados, acompanhando as exigências da CFC em conformidade com as NBCASP, sendo:

Com a edição de normas técnicas próprias do CFC, as responsabilidades dos Conselhos Regionais e Contadores serão maiores, e é, portanto, esperado um maior envolvimento dessa entidade e dos profissionais. (Azevedo, 2010, pg. 29)

A maior parte da fundamentação teórica usada no projeto tem origem em contabilidade ou lei, e também de autores como Webber, Neto e Freitas

(2008), Lopes (2007) e Quintana (2011), informações coletadas em campo, que quantificam a realidade municipal, demonstram informações anteriores à gestão Cidade Unida, são utilizados como fonte de suplementação de informação.

Com o livro de Neto e Freitas, Frentona Atas e Atos, foi possível compreender os primeiros anos de gestão e os principais feitos do antigo governo municipal, assim como o livro de Lima que conta a história da cidade de Foz do Iguaçu, servindo de complementação e entendimento histórico para o desenvolvimento do projeto.

Foram utilizados livros de teoria contábil, como é o caso de Sá e também o livro de Lopes, abordam questões teóricas sobre contabilidade; tais assuntos permitiram a compreensão da assimetria nas relações financeiras, que é argumento principal da participação do controle social, em conformidade com as leis e normas, no Livro Teoria da Contabilidade:

A preposição é que as causas do comportamento em relação à contabilidade devem ser elaboradas dentro de um conjunto de interações sociais que atuam sobre a arena de debate (Lopes, 2007, pg. 27).

O entendimento teórico das posições do projeto permeiam os meios legais para determinar o objeto, uma vez que os relatórios, balanços e demonstrativos contábeis dependem da diminuição de conflitos informacionais entre os participantes, Estado e Sociedade, seguindo parâmetros estipulados em lei à ação conjunta com uma Fundação visa à obtenção legal das informações, sendo as divulgações, conforme as NBCASP, NBC T 16.6:

A divulgação das demonstrações contábeis e de suas versões simplificadas é o ato de disponibilizá-las para a sociedade e compreende, entre outras, as seguintes formas:

- (a) publicação na imprensa oficial, em qualquer das suas modalidades;
- (b) remessa aos órgãos de controle interno e externo, a associações e a conselhos representativos;
- (c) a disponibilização das Demonstrações Contábeis para acesso da sociedade em local e prazos indicados;
- (d) disponibilização em meios de comunicação eletrônicos de acesso público.

(AZEVEDO, 2010, pg. 166).

O uso do livro de Neves permitiu a compreensão das relações econômicas existentes na política pública, ou seja, a diferenciação entre as relações políticas impostas no meio em que se pretende desenvolver o projeto, sendo a questão de direito financeiro e econômico, o que circunda as relações do debate, conforme o autor:

O Direito Econômico objetiva o estudo do disciplinamento jurídico da organização e do planejamento da ordem econômica, a ser efetuada por parte do Poder Público, (Neves 2010, pg. 75).

Assim, o direito econômico é vinculado às necessidades de produção de leis anteriores a fatos e fenômenos de planejamento financeiro, o direito financeiro, por outro lado, conforme Neves:

O direito financeiro é sempre referido a determinando conjunto de leis. Como tem por objeto as normas, visa a disciplinas, normativamente, a atividade financeira do Estado, que, de maneira geral, consiste em toda ação que o Estado desenvolve para obter, gerir e aplicar os meios necessários para satisfazer às necessidades da coletividade e realizar seus fins. (Neves, 2010, pg. 12).

As considerações, fundamentações e informações de direito administrativo estão ligadas a obra de Amorim, no livro Direito Administrativo que é utilizado para argumentar e entender as relações da administração pública, seus ordenamentos, princípios e normas jurídicas.

Por fim, as necessidades e relações socioeconômicas do município ordenam os objetivos e metas do Plano Diretor que deve caracterizar e justificar as ações financeiras, conforme a Lei Complementar Nº 115 do Município de Foz do Iguaçu que regula as ações da gestão Cidade Unida, estabelece como meta:

ART. 17. A política de desenvolvimento socioeconômico tem como objetivos promover:  
VI. A vinculação entre o desenvolvimento econômico e as políticas de saúde, educação, cultura, esporte, lazer, meio ambiente e demais políticas públicas.

Sendo assim, as bibliografias condizem com o objetivo central do trabalho, que é entender os lançamentos contábeis das Secretarias de Saúde e Educação no Município de Foz do Iguaçu. Com observância das leis e planos orçamentários do município, a teoria aplica reflexões na criação de um grupo efetivo de pesquisa contábil com interação com a atividade pública através do controle social.

### **3. METODOLOGIA.**

Sobre as técnicas, o projeto vai utilizar a observação analítica, ação principal, através da observação de informações e dados utilizando os procedimentos de produção históricos, para originar informações de valor probatório, e bibliográficas, fundamentando as idéias e teorias aplicadas nas propostas do projeto e na revisão teórica.

Por fim, também é um procedimento a análise documental, ponto central do projeto e do processo de informação, levantamento de dados e informações de interesse direto, com estes procedimentos será possível a explicação dos métodos quantitativos.

### **4. A ORGANIZAÇÃO**

Analisar o planejamento orçamentário, obter acesso às informações e acompanhá-las é ação necessária, constitucional e dependente de aprovação, também por parte da sociedade, o controle social.

#### **4.1. DESCRIÇÃO GERAL.**

As prioridades contábeis do Município de Foz do Iguaçu dependem diretamente de um trâmite documental ágil, as constantes dificuldades em

completar o ciclo de informações documentais transforma a situação das secretarias, pois a demora na apresentação dos fatos contábeis acarreta o atraso dos Relatórios Obrigatórios. Em conformidade com o descrito em lei, PDMFOZ/2006 em seu ART. 13, que dispõem sobre os objetivos gerais e determina o fortalecimento do setor público, valorizando as funções de planejamento, articulações e controle, inclusive mediante o aperfeiçoamento administrativo; porém, o alto custo de manutenção, aperfeiçoamento e contratação de pessoal para cuidar dos arquivos e trâmites informacionais fazem com que o emanado pela lei, na prática, encontre complicações. A precariedade estrutural também dificulta a eficácia do serviço público.

Dentre as complicações em se apurar os fatos contábeis, está a lacuna entre a informação entre os setores, por circunstâncias adversas e estruturais, como pessoal desqualificado e arquivos ineficientes, motivo que deveria originar políticas de aperfeiçoamento, seja do pessoal ou dos processos documentais, em conformidade com tal necessidade. Este projeto tem a intenção de auxiliar a produção contábil, pois nos levantamentos patrimoniais o enfoque deve ser de competência, conforme Azevedo:

Significa que, em atendimento aos princípios contábeis, tanto a despesa como a receita devem ser registradas no momento da ocorrência do seu fato gerador, independente do pagamento ou recebimento. (Azevedo, 2010, pg. 31).

Este é o enfoque patrimonial: transforma a despesa em decréscimos na conta, não podendo ser confundida como despesa orçamentária; porém é um exigível ao fim do exercício, sendo que, na prestação de contas, deve constar a documentação probatória do fato contábil. A dificuldade de apresentar estas informações em tempo ágil motiva o projeto, principalmente no quesito de fiscalização. O conservadorismo das relações contábeis no setor público é algo necessário, pois garante a guarda e proteção da informação, assim como busca submeter às situações e fatos contábeis o enfoque patrimonial, em regime de competência, pois conforme Lopes e Martins:

Conservadorismo, em termos contábeis, normalmente tem sido caracterizado como o reconhecimento

assimétrico entre despesas e passivos e ativos e receitas. (Lopes; Martins, 2007, pg. 73).

Do ponto de vista prático, as constantes ações de controle reconstróem as relações de informação simétricas, pois as exigem como norma; na busca das informações contábeis esta ação é necessária, no ambiente de secretaria é uma dificuldade constante. As movimentações financeiras realizadas diariamente, nas secretarias, produzem uma documentação de caráter probatório exigida na prestação de contas ao final do exercício, e são essas que atrasam os lançamentos. Junto destas situações, vem à estrutura física das secretarias e seus departamentos, um elevado custo de manutenção, precariedades estruturais com problemáticas diárias.

#### 4.2. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO PROBLEMA.

Em conformidade com as necessidades e exigências da população, no antigo governo a área da saúde foi a secretaria que recebeu maior atenção, na implantação de projetos, reformas e construções ao longo de oito anos de governo da coligação Cidade Unida. A execução orçamentária da Secretaria da Saúde do Município de Foz do Iguaçu conta com uma elevação das despesas provindas do desenvolvimento e expansão das políticas públicas. Na gestão do antigo governo, Frente Cidade Unida, a Secretaria recebeu uma imensa aplicação de recursos e esforços para modificar o quadro da saúde pública do município, o que modificou o quadro estrutural anterior das secretarias. A programação mensal das despesas ficou estipulada para o ano de 2013, agora sob nova direção, a gestão Foz Pode Mais, que se encarrega da continuação do trabalho de estruturação e cuidado da coisa pública, o orçamento fiscal, então estipulado, esta representada no quadro 01 abaixo.

**Quadro 1:** Orçamento Fiscal da Secretaria da Saúde.

Programação das despesas mensais, 2013.	
Janeiro	10.875.347,00
Fevereiro	12.170.421,00
Março	17.090.367,00
Abril	11.844.739,00
Maiο	13.493.774,00
Junho	11.976.257,00
Julho	12.196.315,00
Agosto	13.895.032,00
Setembro	11.375.349,00
Outubro	12.511.847,00
Novembro	12.282.744,00
Dezembro	12.396.754,00
Programado	152.108.946,00
Orçado	169.009.940,00

Fonte: Decreto Lei Nº 21.967.

Os dados são referentes a estimativas mensais do orçado para o ano, sendo que na saúde é orçado R\$ 169.009.940,00 e foi programado R\$ 152.108.946,00 contendo uma diferença de R\$ 16.900.994,00, valor estimado ao final do exercício de 2013.

A Educação também se desenvolveu pouco nos anos anteriores à gestão Cidade Unida, no decorrer dos oito anos de administração do ex-prefeito Paulo Mac Donald Ghisi, a educação da cidade passou por grande estruturação, questões de desenvolvimento público perante a demanda de serviços, situação que empreende planejamento a longo prazo, fazendo com que as gestões posteriores se encarreguem da continuação das obras. Para isso o planejamento orçamentário da Secretaria de Educação, também foi programado para o ano de 2013, sendo que o resultado esperado está descrito no quadro 02 a seguir.

Quadro 2: Orçamento Fiscal da Secretaria de Educação.

Programação das despesas mensais, 2013.	
Janeiro	7.829.841,00
Fevereiro	8.762.245,00
Março	12.304.421,00
Abril	8.527.767,00
Maiο	9.715.010,00
Junho	8.622.454,00
Julho	8.780.888,00
Agosto	10.003.901,00
Setembro	8.189.823,00
Outubro	9.008.059,00
Novembro	8.843.113,00
Dezembro	8.925.197,00
Programado	109.512.719,00
Orçado	121.680.800,00

Fonte: Decreto Lei Nº 21.967.

O valor orçado para a Educação, ao final do exercício de 2013, é de R\$ 121.680.800,00, sendo que foi programado um valor total de R\$ 109.512.719,00. Conforme Programação Financeira para os Órgãos da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu 2013, publicado no Diário Oficial do Município.

No orçamento fiscal de 2013, as Secretarias de Saúde e Educação contam com uma reserva percentual entre o orçado e o programado, fato que é proveniente de uma porcentagem estipulada para as despesas do ano, ou seja, foi projetado um superávit para o final do exercício, a diferença entre o orçado e o programado é a reserva. Consta no Decreto Municipal Lei Nº 21.967/13, que trata dos Orçamentos Fiscais para o ano de 2013, uma relação de porcentagem mensal para a realização dos dispêndios da prefeitura, sendo que deste percentual total 25% é destinado para a Educação e 15% para a Saúde pública, conforme quadro 03 abaixo.

Quadro 3: Porcentual incidente sobre a despesa orçada para 2013

Porcentagem mensal para o ano de 2013.	
Janeiro	7,15 %
Fevereiro	8,00 %
Março	11,24 %
Abril	7,79 %
Maiο	8,87 %
Junho	7,87 %
Julho	8,02 %
Agosto	9,13 %
Setembro	7,48 %
Outubro	8,23 %
Novembro	8,07 %
Dezembro	8,15%
Total	100 %

Fonte: Decreto Lei Nº 21.967.

Por fim, o Município de Foz do Iguaçu teve uma melhora nas secretarias analisadas, situação que agora está em nova conjuntura política, sendo assim, a observação científica torna-se necessária, pois a comparação dos resultados e avanços encontra e descreve a forma como se desenvolveu e será desenvolvida.

##### **5. Proposta: analisar a aplicação dos recursos das Secretarias da Saúde e Educação**

O projeto contém algumas informações sobre as Secretarias de Educação e Saúde, que servem de exemplo simplificado do pretendido. As transformações do patrimônio público são constantes e por motivos muitas vezes desconhecidos, se, com um grupo de análise contábil não é possível controlar com maior ênfase, ao menos permitirá que a população tenha maior conhecimento sobre a execução orçamentária. Para aplicação da proposta observam-se ditames de leis, tanto constitucionais, como estaduais e municipais, principalmente as que falam sobre transparência e gestão

democrática. A maior parte das intenções contidas no projeto apoia-se nos princípios da LRF, a democratização e transparência.

O princípio de publicidade permite que se faça o uso das informações, mas é preciso conhecimento; a proposta estabelecida é a respeito da criação de um grupo que analisa periodicamente as operações contábeis públicas em conformidade com o andamento legal da participação na administração, mantendo assim ações objetivas com a organização da administração indireta. O controle social proveniente de ordenamento jurídico, conforme a Lei Orgânica do Município de Foz do Iguaçu, ART. 121, dispõem a informação pública, sendo:

As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, na Câmara Municipal e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

Analisar as despesas públicas pretendidas tem como objetivo entender e avaliar as ações, que decorrem de um sistema lógico, operações para a realização da despesa pública.

Segundo NEVES (2010):

Aplicação → Dinheiro → Autorização legislativa →  
Autoridade competente.

A despesa pública passa por etapas antes de sua realização, o entendimento destas etapas é um dos objetivos do projeto, para tal feito é necessário entender a natureza econômica do fato contábil, a natureza jurídica e a natureza política, ou seja, influência na economia, a autorização legal e a finalidade pública. Portanto, a proposta é entender a relação de controle social, e, conseqüentemente, obter os lançamentos contábeis da execução orçamentária da Saúde e da Educação pública, entender os balanços e desenvolver ações de cunho científico, em conformidade com o Plano Diretor, que tem a pretensão de desenvolver o campo técnico científico da cidade e é o guia das pretensões administrativas do governante. O objetivo central do projeto é a análise das contas públicas, Secretaria da Educação e Saúde, mas para entender as situações que rodeiam o âmbito político é necessário ter

noções, não só da aplicação dos recursos, mas também dos interesses políticos de ordem governamental.

Completando o desenvolvimento do pretendido no projeto, é abordada a explicação dos fenômenos e fatos contábeis através de técnicas de análise e observações quantitativas, uma vez que é necessário vincular os planos governamentais com as necessidades estruturais das secretarias, sendo o método voltado para a interpretação e explicação da execução orçamentária.

### 5.1. Desenvolvimento da Proposta

Os documentos que o projeto fará análise servem para demonstrar as receitas e despesas por categoria administrativa, é o caso do RREO que demonstra as variações na busca de atingir as metas fiscais, os limites fixados para despesas e dívidas, sendo o Relatório de Gestão Fiscal, assim como os demais balancetes e lançamentos. Os balanços obrigatórios a serem analisados tratam do confronto do orçamento inicial e suas alterações, que é o balanço orçamentário, o demonstrativo das receitas e despesas orçamentárias, ou o balanço financeiro, que conjuga com os saldos e resultados da gestão anterior (Quintana, 2011, pg. 172), e por fim a demonstração do resultado econômico.

As informações de tais balanços e relatórios permitem uma análise detalhada, que é o objetivo da aplicabilidade do projeto, obter dados e divulgar de forma ordenada com relatórios de apresentação de resultados financeiros das secretarias estudadas. As coletas de dados, além dos registros provindos do vínculo com a administração indireta, deverão obedecer à publicidade dos registros e livros contábeis, conforme as NBCASP, as divulgações das demonstrações contábeis devem obedecer: publicação na imprensa oficial, em qualquer das suas modalidades; remessa aos órgãos de controle interno e externo, a associações e a conselhos representativos; a disponibilização das Demonstrações Contábeis para acesso da sociedade em local e prazos indicados; disponibilização em meios de comunicação eletrônicos de acesso público (Azevedo, 2010, pg. 166). O processamento dos dados dependerá do

acesso às informações completas, sendo de necessidade e obrigatoriedade, para o cumprimento das metas estabelecidas no projeto.

Conforme o exemplo usado no presente documento, a situação do orçamento das Secretarias da Saúde e Educação está estabelecida até o fim de 2013, sendo que entre o programado e o orçado há uma diferença, proveniente do superávit estimado para o fim do exercício de 2013, o montante de R\$ 29.069.075,00, conforme Decreto Nº 21.967, de 21 de dezembro de 2012. Este resultado deverá ser apurado ao final do ano, acompanhar o desenvolvimento do valor orçado, assim como obter os resultados.

## 5.2. Plano de Implantação

Como na arrecadação e divisão das receitas, o poder de polícia deve ser exercido por autoridade competente, conforme o Código Tributário Nacional ao descrever o poder de polícia, no ART. 78 é uma atividade da administração pública que limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato, em razão do interesse público. O plano de implantação prevê a possibilidade da execução do ato descrito, porém serve mais como ferramenta de análise.

A atuação é direta sobre a coisa pública, a intenção é despertar o interesse público, para que o acesso às informações e a transparência da administração pública, sejam efetivamente colocados em prática, conforme o Plano Diretor ao relatar sobre a participação:

ART. 10 – Nas instâncias de participação citadas no art. 9 desta lei, deverá ser garantida a participação de todas as entidades da sociedade civil organizada devendo expressar a diversidade dos setores sociais atuantes no Município, observando-se a necessária paridade, bem como daqueles que tiverem interesse, em todas as políticas públicas, programas, projetos, planos, diretrizes e prioridades contidas neste Plano, de modo a garantir o controle direto das atividades e o pleno exercício da cidadania.

Conforme o quadro de atividades contenha a divisão das tarefas a serem realizadas, sendo contado por metas, produzidas a partir da disposição social e política dos participantes e interessados, a seguir descrito.

Quadro 4: Objetivos e Metas para a aplicação do projeto.

<b>Objetivos</b>	<b>Ações</b>	<b>Metas</b>
Coletar dados.	Protocolar os pedidos de informações.	Conseguir os documentos contábeis.
Analisar as informações.	Aplicação dos métodos de pesquisa e análise documental.	Descrever, explicar e comparar as informações analisadas.
Apresentar os resultados.	Apresentar o resultado da pesquisa.	Permitir o esclarecimento e a efetivação do controle social sobre as contas públicas.

Fonte: Elaborado pela autora

Conclui-se que a implantação do projeto prevê o pleno exercício da cidadania, auxiliando a sociedade civil a obter informações de resultado com menos impacto sobre a coisa pública, transparecendo as ações do governo.

### 5.3. Recursos

Os recursos necessários, para a realização do proposto neste projeto, são referentes ao trabalho de pesquisa da autora no suprimento em materiais de escritório e Xerox. Pois todo material necessário para pesquisa encontra-se no portal de transparência do município de Foz do Iguaçu

Quadro 5: Orçamento mensal do recurso materiais.

<b>Recurso material</b>	<b>Valores em reais</b>
Material de expediente (papel, caneta, lápis) etc.	200,00
Xerox	35,00
Alimentação.	200,00
Total ao mês	435,00

Quadro 6: Orçamento anual dos recursos materiais.

<b>Recurso material</b>	<b>Valores em reais</b>
Material de expediente (papel, caneta, lápis) etc.	2.400,00
Xerox	420,00
Alimentação	2.400,00
Total ao ano	5.220,00

#### 5.4. Resultados Esperados

O projeto segue a programação de metas, contidas no Plano Diretor da antiga gestão, a nova gestão mudará as metas, porém o Título II sobre desenvolvimento do município deverá ser mantido, ao menos seu princípio funcional, o ART. 17 aborda a promoção socioeconômica, e diz:

VI – a vinculação entre o desenvolvimento econômico e as políticas de saúde, educação, cultura, esporte, lazer, meio ambiente e demais políticas públicas.

A intenção é manter relação com as políticas públicas e o desenvolvimento econômico, sendo o projeto um futuro instrumento de análise contábil. As participações e preposições contidas neste documento relacionam-se com a ordenação do que cita a lei, vinculação entre o desenvolvimento econômico e as políticas públicas, espera-se que a ordem civil vinculada ao projeto mantenha entendimento pleno dos fatos contábeis, pois serve de informação probatória para possíveis ações políticas e econômicas.

Com esta participação, espera-se uma interação aos interesses públicos de saúde e educação, espera-se ter um vínculo de troca de informações e ações de controle, assim como apoio para eventuais discussões sobre os problemas e dados coletados e analisados, a comparação com os resultados anteriores e solução de problemáticas no entendimento dos fatos contábeis, objetivo central deste projeto.

#### 5.5. Riscos ou Problemas Esperados e Medidas Preventivo Corretivas.

A falta de informação e o contraditório são os riscos esperados ao longo da aplicação do projeto, questões referentes à análise contábil; os fatos devem ser bem definidos e contar com informações completas para a realização de diagnósticos precisos. Outro problema que possivelmente ocorre é o tempo de produção, assim como a acessibilidade na coleta dos dados. Por questões de lógica, e para o trabalho funcionar perfeitamente é necessária a sincronia, o interesse e a habilidade para trabalhar em grupo e em parceria, conforme Lück:

Projetos são elaborados com a participação daqueles que irão envolver-se na transformação / inovação pretendida para a melhoria, de modo criativo e inteligente. Essa é condição básica para que se evite o surgimento de resistência e tensões desnecessárias, além de promover o envolvimento e sinergia fundamental para a eficaz implementação de projetos, uma vez que a melhoria depende de ação comprometida e participativa, coletiva e realizada mediante espírito de equipe. (Lück, 2009, pg. 59).

As falhas nas informações serão resolvidas da seguinte norma: primeiro coleta-se as informações e analisa-se; por fim, após analisadas, e comprovada a veracidade da informação, o que atribui aos dados apresentados o valor probatório.

Com relação ao tempo de análise e a acessibilidade, é necessário trabalhar em conjunto com os agentes públicos da administração direta e indireta, conquistar a tutela da informação e justificar o acesso contando com o entendimento da jurisprudência que envolve a situação. O tempo de análise depende diretamente da coleta dos dados, têm-se as informações que são periodicamente protocoladas no Diário Oficial e os Relatórios Obrigatórios, porém não são suficientes para uma análise completa, sendo a cobrança dos prazos que facilitarão o acesso às informações.

Portanto, as medidas adotadas relacionam problemas esperados, com relação à operacionalidade da pesquisa de campo, as análises constam com três etapas antes da divulgação, o não entrosamento é solucionado com avaliação das informações e atitudes por parte dos vínculos criados.

## 6. CONCLUSÃO.

As considerações finais são sobre os atos políticos necessários para a realização do projeto, pois sem disposição político-partidária é impossível aplicar as preposições, sendo necessária a participação de uma Fundação para diálogos de fundamentação das ações a serem criadas. Em primeiro momento não será destinado ao vínculo partidário, mas não é descartada a hipótese da participação, por se tratar de uma situação de necessidade básica. O encontro com os líderes ocorrerá posterior ao desenvolvimento completo dos interesses dos já participantes, ou seja, com a apresentação da proposta à sociedade civil organizada, para obter aval sobre o controle social pretendido.

Os anos de desenvolvimento contábil sem registro viável ao cidadão já está perto do fim, uma vez que é exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal a transparência e a gestão democrática, ficando assim o comprometimento da sociedade em ajudar a administração pública a ser desenvolver com maior lealdade. Os ditames jurídicos sobre o assunto estabelecem normas e princípios a serem seguidos, dos quais, o projeto prevê de antemão com a intenção de trabalhar dentro da ordem e pela ordem, almejando sempre o progresso.

Portanto a aplicação prática do projeto elimina a dúvida sobre a moralidade dos administradores, trazendo a informação ao cidadão interessado. A diminuição das situações assimétricas entre o ente público e o cidadão tende a diminuir com as intenções deste trabalho. Fica aqui a pretensão de desenvolver um projeto para análise das situações, fatos e registros contábeis das Secretárias da Educação e Saúde do Município de Foz do Iguaçu, Paraná.

## 7. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

LOPES, Alexsandro Broedel; MARTINS, Eliseu. **Teoria da Contabilidade: uma nova abordagem**. Editora Atlas, 2º Ed.. São Paulo, 2007.

SÁ, Antonio Lopes de; HOOG, Wilson Alberto Zappa. **Corrupção Fraude e Contabilidade**. Editora Juruá, 1º Ed. 2º triagem. Curitiba, 2005.

CARRAZZA, Roque Antonio. **Código Tributário Nacional, Código de Processo Civil, Constituição Federal, Legislação Tributária e Processual Tributária**, Editora Revista dos Tribunais: 3 ed., São Paulo, 2012.

PINTO, Antonio Luiz de Toledo; WINDT, Márcia Cristina Vaz dos Santos; CÉSPEDES, Livia. **Constituição da Republica Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Obra coletiva, Editora Saraiva. São Paulo, 2009.

QUINTANA, Alexandre Costa; MACHADO, Daiane Pias; QUARESMA, Jozi Cristiane da Costa; Mendes, Roselaine da Cruz. **Contabilidade Pública**, Editora Atlas. São Paulo, 2011.

LÜCK, Heloísa. **Metodologia de Projeto: uma ferramenta de planejamento e gestão**, Editora Vozes, Petrópolis, RJ. 7º Ed., 2009.

AZEVEDO, Ricardo Rocha; SOUZA, José Antonio; Veiga; FRAGUAS, Cátia Maria. **Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público: NBCASP**, Editora: Tecnodata Educacional, Curitiba, Pr. 2º Ed., 2010.

AMORIM, Gustavo Henrique Pinheiro. **Direito Administrativo**, Editora Fischer & Associados, Barros, SP. 1º Ed, 2006.

WEBBER, Darcilo. **Foz em Números**, Editora: Grupo Camaleão, Foz do Iguaçu, PR. 1º Ed., 2003.

Neto, José Elias Aiex; FREITAS, Marcelino Vieira. **Frentona: atas e atos**. Obra independente de criação dos autores, Foz do Iguaçu, PR. 1º Ed., 2008.

NEVES, Gustavo Bregalda. **Direito financeiro e econômico**, Editora Sariva, SP. 2º edição, 2010.

LEI COMPLEMENTAR Nº 115, de 09 de outubro de 2006. **Plano Diretor do município de Foz do Iguaçu**.

DECRETO LEI Nº 21.967, de 21 de dezembro de 2012. **Institui o Orçamento Fiscal para o exercício de 2013**.

DIÁRIO OFICIAL. **Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu**.

LEI Orgânica do Município de Foz do Iguaçu. **Promulgada em 6 de Abril de 1990**. 5º edição, 2006.

## Anexo A

### Dados anteriores à gestão da Cidade Unida: Secretaria da Saúde Pública.

Quadro 7: Estabelecimentos de saúde e leitos, 2003.

<b>Leitos</b>	<b>Leitos SUS</b>	<b>Leitos particulares</b>	<b>Total</b>
Santa Casa M. Guilherme	119	51	170
Hospital Internacional	0	0	—
Hospital São Thiago	0	0	—
Hospital Costa Cavalcanti	79	46	125
Unimed	0	11	11
Hospital Maternidade Cataratas	10	24	34
Hospital E Maternidade Santa Ana	0	0	—
Hospital Dia Psiquiátrico Renascer	06	0	06

Fonte: Webber, SMSS.

Quadro 8: Profissionais na área de saúde.

<b>Profissões</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>
Médicos	254	254
Dentistas	250	400
Enfermeiros	59	30
Técnicos de enfermagem	95	18
Auxiliares de enfermagem	514	296

Fonte: Webber, COREN, C.R.E., C.R.D..

Quadro 9: Estrutura da Secretaria Municipal de Saúde.

<b>Estrutura</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>
Postos	21	21
Núcleos	05	05
Centro de Especialidade	01	<b>01</b>
Centro de Epidemiologia	01	01
Clinica do Bebe	01	01
C entro de Controle de Zoonoses	01	01
Laboratório p/ exames laboratoriais	01	01
Laboratório de Produtos de Medicamentos	01	01

Fonte: Webber, SMSS.

## Anexo B

### Dados anteriores à gestão da Cidade Unida: Secretaria de Educação Pública.

Quadro 10: Estabelecimentos da Educação Municipal.

<b>Estabelecimentos de educação infantil, ensino fundamental, médio e educação especial.</b>			
<b>Estabelecimentos</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>
Municipais	51	57	59
Estaduais	23	27	27
Particulares	29	29	34
Entidades filantrópicas	04	04	04
Outros*	04	04	03
<b>Total</b>	<b>117</b>	<b>121</b>	<b>127</b>

Fonte: Webber, SMPF. Outro inclui SENAC, SENAI e CEEBJA.

Quadro 11: Numero de creches do Município.

<b>Creches e numero de crianças atendidas no Município.</b>			
<b>Atendimentos</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>
Centro comunitário de educação infantil	18	28	27
Crianças atendidas	1.934	2.783	3.176
Creches comunitárias subvencionadas	08	08	08
Crianças atendidas	1.129	1.135	1.109
Entidades subvencionadas	09	04	08
Crianças atendidas	953	548	1.410
<b>Total geral de crianças atendidas</b>	<b>4.016</b>	<b>4.466</b>	<b>5.695</b>

Fonte: Webber, SMCR.

Quadro 12: Número de Profissionais da Educação no Município.

<b>Numero de professores da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.</b>			
<b>Estabelecimentos</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>
Municipais	1.180	1.197	1.229
Estaduais	750	830	900
Particulares	575	724	767
Entidades Filantrópicas	98	105	99
<b>Total</b>	<b>3.040</b>	<b>3.526</b>	<b>2.995</b>

Fonte: Webber, SMPF.